



# Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI  
CULTURA E HISTÓRIA  
Vale do Sargento - RS

## PARECER JURÍDICO N. 377/2024

**REQUERENTE: SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**MEMORANDO N.: 114/2024**

**PROTOCOLO N.: 2028/2024**

**SECRETARIA DE ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO**

Trata o presente expediente de solicitação de Parecer Jurídico, nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, para controle prévio de legalidade de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII da Lei nº. 14.133/2021, tendo como objeto a contratação da empresa **TRANS G MARQUES LTDA – CNPJ 21.473.206/0001-09**, para a locação em caráter emergencial, de caminhão com tanque de água acoplado (caminhão pipa), para proceder o transporte e disponibilização de água potável para abastecimento de reservatórios de água localizados em pontos mais críticos afetados pelas enchentes, decorrentes da catástrofe climática que assola o município, totalizando a importância de **R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais)**.

Consta nos autos que a necessidade da referida contratação foi devidamente justificada pela secretaria de origem, através do Termo de Referência firmado por Marcelo Bernstein Lopes, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e Verônica Bizarro Flores, do Gabinete do Prefeito.

Nítida é, no presente caso, a urgência na contratação, por tratar-se de serviço essencial para este momento grave em que vive o Estado do Rio Grande do Sul, em especial o Município de Taquari, para o qual será direcionado o objeto da compra.

Primeiramente, convém consignar que, apesar de a regra, para as contratações públicas, ser a prévia realização de processo licitatório, a Lei nº 14.133/2021 traz exceções em que possível a contratação direta, mediante dispensa



ou inexigibilidade de licitação, conforme inclusive autoriza o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ao ressaltar da obrigação de licitar os casos assim especificados na legislação.

Disso se extrai que apenas nos casos expressos em lei é viável ao administrador a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços sem prévio procedimento licitatório, consignando-se que as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação estão ora previstas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021, respectivamente.

Assim, a contratação pretendida encontra guarida legal no art. 75 inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, estando à mesma amparada no interesse público. Obviamente, que neste caso, aguardar o término de um processo licitatório somente sacrificaria o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos em lei:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

(...)

**VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.”**

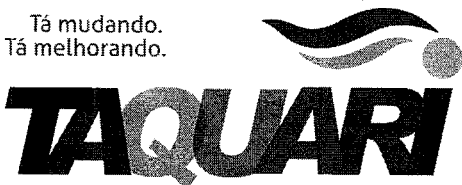
A Lei de Licitações e Contratos dispõe ainda:

**Art. 75:**

(...)

**§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a**

Tá mudando.  
Tá melhorando.



Procuradoria  
**JURÍDICA**

Centro Adm. Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº 1790  
Bairro Centro – Taquari – RS – CEP: 95.860-000  
CNPJ: 88.067.780/0001-38 – Fone (51) 3653-6200, ramal 6212  
E-mail: [proc.juridico@taquari.rs.gov.br](mailto:proc.juridico@taquari.rs.gov.br)



# Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI  
CULTURA E HISTÓRIA  
Vale do Taquari - RS

**conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.**

Segundo o administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral diz, "in verbis": **"...a emergência e, a nosso ver caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de qual modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas."**(obra cit. Ulisses Jacoby Fernandes).

No mesmo sentido Hely Lopes Meirelles, afirma que: **"... a emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa de licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a administração visa corrigir, ou como prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, e que a anormalidade ou o risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento."** (In Licitação e contrato Administrativo, 9ªEd., Revista dos Tribunais, São Paulo: 1990, p. 97)

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público. Muitas vezes, o administrador opta pela dispensa, posto que, como afirma o ilustre Marçal Justen Filho, "in verbis": **"...a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."**



Ademais, há a existência de Decreto Estadual (nº 57.596/2024, alterado pelo D.E. nº 57.600/2024, 57.603/2024) e Municipal (nº 4.757/2024), tratando da situação de Calamidade Pública que vive nosso Estado Federado e o nosso Município atualmente. Tal calamidade foi reconhecida pela União Federal por meio da Portaria 1.377/2024 do MIDR/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, atualizada pela Portaria 1379/2024 do mesmo órgão, ao qual insere nosso Município com um dos atingidos, o que ainda mais confirma a urgência na contratação pretendida. Assim dispõe os decretos, nestes termos:

**“Decreto Estadual nº 57.596, de 1º de maio de 2024:**

**Art. 1º** Fica declarado estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul, atingido pelos eventos climáticos de Chuvas Intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024.

**§1º** Os órgãos e as entidades da administração pública estadual, observadas suas competências, prestarão apoio à população nas áreas afetadas em decorrência dos eventos de que trata este Decreto, em articulação com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

**§2º** A situação de anormalidade declarada em âmbito estadual por este Decreto, não obsta o início ou o prosseguimento da declaração em âmbito local pelos Municípios, que poderão avaliadas e homologadas pelo Estado.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 dias.

**“Decreto Estadual nº 57.600, de 1º de maio de 2024:**

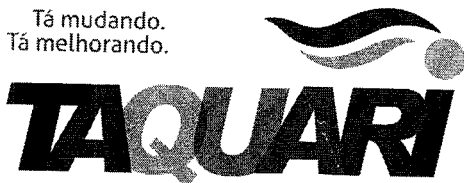
**Art. 1º** Fica reiterado o estado de calamidade pública declarado pelo Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024 no território do Estado do Rio Grande do Sul, atingido pelos eventos climáticos de Chuvas Intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, que passa a abarcar o período de 24 de abril de 2024 ao mês de maio de 2024, tendo em vista a continuidade de tais eventos.

**Parágrafo Único:** Os Municípios afetados pelo desastre e abarcados pelo estado de calamidade pública de que trata o “caput” deste artigo estão especificados no Anexo Único deste Decreto.

248 Taquari

**ANEXO ÚNICO**

Tá mudando.  
Tá melhorando.



Procuradoria  
**JURÍDICA**

Centro Adm. Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº 1790  
Bairro Centro – Taquari – RS – CEP: 95.860-000  
CNPJ: 88.067.780/0001-38 – Fone (51) 3653-6200, ramal 6212  
E-mail: proc.juridico@taquari.rs.gov.br



# Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI

CULTURA E HISTÓRIA

Vale de Taquari - RS

## “Decreto Municipal – Taquari – nº 4.757, de 04 de maio de 2024:

**Art. 1º.** Fica declarada Estado de Calamidade Pública em todas as áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como TEMPESTADE LOCAL/CONECTIVA – CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme legislação aplicada.

**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

[...]

**Art. 6º.** Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos.

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por cento e oitenta dias.

## “Portaria MIDR/SEDEC 1.377/2024, de 05 de maio de 2024:

**Art. 1º.** Reconhecer, sumariamente, em decorrência de Chuvas Intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, o Estado de Calamidade Pública nos municípios relacionados abaixo:

243 Taquari”

Assim sendo, comprovada está a situação de emergência e calamidade pública, ensejadora da Dispensa de Licitação, em especial pelo disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 4.757/2024.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato, devendo ser instruído com os documentos previstos no art. 72 da Lei 14.133/2021:



**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

**I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;**

**II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;**

**III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;**

**IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;**

**V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;**

**VI - razão da escolha do contratado;**

**VII - justificativa de preço;**

**VIII - autorização da autoridade competente.**

**Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.**

Conforme consta dos autos da presente dispensa foi elaborado termo de referência justificando-se a necessidade da contratação (art. 72, inciso I);

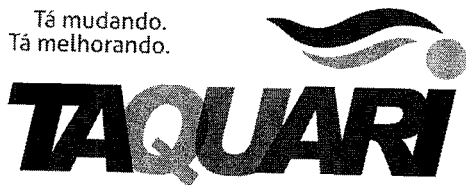
O preço estimado para a aquisição, conforme se extrai do Termo de Referência elaborado pela secretaria de origem, é compatível com os valores praticados pelo mercado (art. 72, inciso II);

O presente parecer jurídico tem como escopo controle prévio de legalidade nos termos do disposto no §4º do artigo 53 da Lei de licitações.

Cabe ao setor de Licitações e Contratos, solicitar ao contratado, no momento que formalizar aos atos de Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 72 da Lei de Licitações, a comprovação de que o mesmo preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (art. 72, inciso V).

O critério de menor preço determinou a razão da escolha do fornecedor, através de propostas compatíveis (orçamentos) com o termo de referência, tratando-se de situação pertinente de dispensa de licitação, composta por no mínimo

Tá mudando.  
Tá melhorando.



Procuradoria  
**JURÍDICA**

Centro Adm. Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº 1790  
Bairro Centro - Taquari - RS - CEP: 95.860-000  
CNPJ: 88.067.780/0001-38 - Fone (51) 3653-6200, ramal 6212  
E-mail: proc.juridico@taquari.rs.gov.br



# Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI  
CULTURA E HISTÓRIA  
Vale do Tepezal - RS

três propostas validas. Em relação ao preço, a secretaria de origem demonstrou que está compatível com a realidade do mercado (Art. 72, incisos VI e VII).

Ainda, o processo passou pelo crivo do Prefeito Municipal, autoridade competente, que autorizou a contratação pretendida (art. 72, inciso VIII).

No caso em apreço, a propósito, aguardar todo o trâmite licitatório fragilizaria, sem margem para dúvidas, ainda mais a população que mais precisa da prestação estatal, dando azo a um cenário de nítida injustiça social e vulnerabilidade.

**Assim, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, por meio de Dispensa, fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito, já que além de cumpridos os requisitos do art. 72 da Lei 14.133/202, o valor da contratação está de acordo com o parâmetro legal.**

**Para seguimento deverá ser acostada ao presente expediente previsão de crédito orçamentário suficiente para suportar o valor da contratação (art. 72, inciso IV), ainda não existente nos autos da contratação.**

Em cotejo ao Parágrafo Único do art. 72 da Lei 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Importe, ainda, é chamar a atenção à parte final do inciso VIII do art. 75 da Lei antes mencionada, já que, entre outros requisitos, a novel legislação licitatória inovou em relação ao antigo diploma legal, acrescentando uma condição negativa, qual seja, **a vedação de prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.**



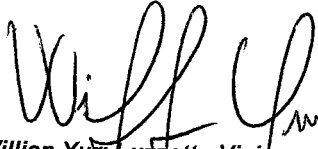
Ainda, considerando que o serviço objeto da contratação já está sendo executado desde o dia 06 de maio de 2024, o contrato deverá retroagir a esta data, surtindo seus efeitos a partir de então, pelo prazo estipulado no Termo de Referência (por 30 dias).

A presente análise se deu mediante solicitação e enfoca apenas aspectos legais, com base nos elementos e documentos fornecidos pelo solicitante, sob o ângulo jurídico, não se aprofundando em outras áreas que não a do Direito, não sendo, portanto, objeto de análise os aspectos técnicos referentes à contratação, metas, planilhas e custo, assim como aspectos contábeis, financeiros e orçamentários, pois desbordam do âmbito de competência desta assessoria jurídica, sendo a presente manifestação, portanto, de caráter estritamente jurídico, não tendo o condão de cancelar opções técnicas eleitas por qualquer integrante da Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, § 3º da Lei n. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Por fim, transcreve-se o art. 17 do Decreto N. 4.528/2023<sup>1</sup>, que regulamenta, entre outros setores a atuação da assessoria jurídica, o qual prevê que as manifestações da assessoria jurídica, sempre por escrito, serão restritas aos aspectos jurídicos dos expedientes e dos documentos submetidos à análise, não alcançando questões relacionadas ao objeto, as condições de fornecimento e ao valor das contratações.

Este é o parecer, salvo melhor Juízo, uma vez que o mesmo é meramente opinativo de caráter não vinculante.

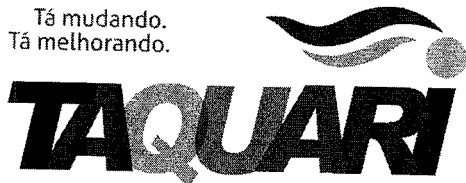
Taquari, RS, 10 de maio de 2024.



**Willian Yuri Luzzatto Vieira**  
Assessor Jurídico  
OAB/RS 121.264

<sup>1</sup> Art. 17. As manifestações da assessoria jurídica, sempre por escrito, serão restritas aos aspectos jurídicos dos expedientes e dos documentos submetidos à análise, não alcançando questões relacionadas ao objeto, as condições de fornecimento e ao valor das contratações.

Tá mudando.  
Tá melhorando.



Procuradoria  
**JURÍDICA**

Centro Adm. Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº 1790  
Bairro Centro - Taquari - RS - CEP: 95.860-000  
CNPJ: 88.067.780/0001-38 - Fone (51) 3653-6200, ramal 6212  
E-mail: proc.juridico@taquari.rs.gov.br





# Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI  
CULTURA E HISTÓRIA

**Memorando nº 114/2024**

Taquari, 10 de maio de 2024.

De: Setor de Licitações e Contratos


Para: Procuradoria Jurídica

Prezados,

Encaminhamos o processo protocolado sob o nº 2028/2024, que visa a regularização de contratação emergencial, com base na Lei nº 14.133/2023, de caminhão com tanque de água acoplado, para proceder o transporte e disponibilização de água potável para abastecimentos de reservatórios de água localizados em pontos mais críticos afetados pelas enchentes, decorrentes da catástrofe climática que assola o município, nos termos do processo supra referido e documentos que o instruem, para análise e parecer quanto a possibilidade legal da contratação.

Em tempo, acrescenta-se ao processo, para fins de ratificação da justificativa do preço contratado, outros dois orçamentos, solicitados na época da contratação, todavia, somente apresentados pelas empresas na data de 09/05/2024.

Ficamos no aguardo.

  
Alessandra Reis da Silveira  
Agente Administrativo



MD2V CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA  
CNPJ: 31.994.362/0001-79 Inscr. Est.: 072/0159520  
Rua Theresa Irena Schneider, nº 51, Casa 04  
Bairro Campestre – Lajeado/RS CEP: 95.912-526  
Fone: (51) 9 9923 1477  
md2vconstrutora.tp@gmail.com

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI/RS**

**ORÇAMENTO**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	HORA	Caminhão com Tanque de Água acoplado(4.000lts)	R\$ 2.280,00

Validade do orçamento: 60 dias

Lajeado, 09 de Maio de 2024.

MD2V Construtora e Terraplanagem  
CNPJ: 31.994.362/0001-79

Viviane B. Fontana

VIVIANE BETTI FONTANA  
TITULAR ADMINISTRATIVO

## PROPOSTA COMERCIAL

### LOCAÇÃO DE CARRETA PIPA

#### Locação de carreta pipa de 30m<sup>3</sup>, com bomba de transferência

- Carreta 30m<sup>3</sup>
- Motobomba de 7CV com vazão de 60m<sup>3</sup> hora
- Com operador e auxiliar
- Combustível

Locação de carreta pipa para transporte de água potável. Os custos de execução, como combustível, manutenção do equipamento, motorista e demais custos estão inclusos nos valores propostos. Sendo de responsabilidade da contratante o fornecimento de água.



Previni Serviços de Limpeza e Locação de Equipamentos  
23 047-105/0001-00  
Av. Aparício Borges, 965 - Sala 301  
Poço Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil  
[www.previnirs.com.br](http://www.previnirs.com.br) / [contato@previnirs.com.br](mailto:contato@previnirs.com.br)  
(51) 9 9999 8915 / (51) 3319 4126

PRODUTO	DIARIA	VALOR DA DIARIA
LOCAÇÃO CARRETA PIPA	10H	R\$9.500,00



## Escolha a PREVINI: Benefícios na Contratação de Locação de equipamentos

**AQUI ESTÃO AS PRINCIPAIS VANTAGENS DE CONTRATAR A EMPRESA PREVINI PARA A LIMPEZA DE COIFAS INDUSTRIAIS:**

- 1. PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS:** NOSSA EQUIPE É ALTAMENTE CAPACITADA, GARANTINDO UM SERVIÇO DE QUALIDADE E EFICIENTE.
  - 2. ATENDIMENTO PERSONALIZADO:** OFERECEMOS SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO SEU NEGÓCIO.
  - 3. CONFIABILIDADE E PONTUALIDADE:** A **PREVINI** SE COMPROMETE A CUMPRIR OS PRAZOS ESTABELECIDOS, GARANTINDO A SATISFAÇÃO DO CLIENTE.
  - 4. PREÇOS COMPETITIVOS:** OFERECEMOS UM SERVIÇO DE ALTO PADRÃO COM PREÇOS JUSTOS E TRANSPARENTES.
  - 5. SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE:** SEGUIMOS RIGOROSAMENTE TODAS AS NORMAS E REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E TRANQUILIDADE.
  - 6. COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE:** UTILIZAMOS PRODUTOS E PRÁTICAS ECO-FRIENDLY EM NOSSOS SERVIÇOS.
  - 7. EXCELENTE SUPORTE AO CLIENTE:** ESTAMOS SEMPRE DISPONÍVEIS PARA AJUDAR E OFERECER SUPORTE DURANTE TODO O PROCESSO.
  - 8. GARANTIA DE SATISFAÇÃO:** NOSSO OBJETIVO É GARANTIR A SATISFAÇÃO COMPLETA DO CLIENTE, TRABALHANDO COM DEDICAÇÃO E COMPROMETIMENTO.
- CONTE CONOSCO PARA UM SERVIÇO DE LIMPEZA DE COIFAS INDUSTRIAIS DE ALTA QUALIDADE E EFICIÊNCIA